

ATA DA REUNIÃO NÚMERO 15/12 DO EXECUTIVO

REALIZADA NO DIA 2 DE AGOSTO DE 2012

----- Aos dois dias do mês de Agosto de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA e com a presença dos Srs. Vereadores, ELSA MARGARIDA DE MELO CORGA, MANUEL CORREIA MARQUES, JOÃO CARLOS GOMES CLEMENTE, CARLA JACINTA GARRUÇO DE ALMEIDA e BRITO ANTÓNIO RODRIGUES SALVADOR. -----

-----Esteve presente para a secretariar, a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, ANA CRISTINA MARTINS TOMÁS. -----

-----Eram nove horas e trinta minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **FALTAS** – Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Presidente que se encontrava fora do Concelho em serviço do Município. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**INFORMAÇÕES A PRESTAR PELO SR. VICE-PRESIDENTE E SRS.**

VEREADORES -----

-----Principiou por usar da palavra, neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Vereador Manuel Marques que a propósito do processo para a reorganização administrativa perguntou qual é efetivamente o prazo para as Assembleias Municipais se pronunciarem sobre o assunto e se o posicionamento da Câmara, sobre a matéria, é o que consta do artigo publicado na última edição do Jornal Soberania do Povo a propósito das questões levantadas pelo Presidente de Junta de Espinhel, acerca das delimitações da sua freguesia. -----

-----O Sr. Vice-Presidente informou que, apesar da CCDR-C ter informado que o prazo terminaria a 28 do corrente mês de agosto, diversas instituições, designadamente a Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT), vieram posteriormente esclarecer que o prazo para as Assembleias Municipais se pronunciarem, acerca da reorganização administrativa do território das freguesias, terminaria, apenas, no próximo dia 15 de Outubro.-----

-----Relativamente às notícias publicadas no Jornal Soberania do Povo acerca do assunto em questão, o Sr. Vice-Presidente desmentiu-as e disse que, nos termos da lei, será a Assembleia Municipal que se irá pronunciar sobre esta matéria. -----

-----A seguir, usou da palavra a Sr.ª Vereadora Elsa Corga para informar que o Conselho Municipal da Juventude reuniu, pela primeira vez, na passada 3ª feira, tendo

sido nomeado o respetivo secretariado e encontrando-se em preparação as normas internas de funcionamento. -----

-----Neste ponto da Ordem de Trabalhos, a Câmara tomou, também, conhecimento, em cumprimento do estipulado no nº 3 do artigo 4º da portaria 9/2012, de 10 de janeiro, da listagem dos contratos efetuados ao abrigo do disposto nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 4º da referida portaria (proposta 394/12). -----

----- **ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** -----

-----Na continuação dos trabalhos, foi aprovada a Ata da reunião anterior, tendo-se dispensado a sua leitura, uma vez que foi disponibilizada aos Srs. Membros do Executivo, juntamente com a documentação referente a esta reunião. -----

----- A ata foi aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Brito Salvador que não participou na reunião a que a mesma diz respeito. -----

----- De seguida, passou-se à análise e apreciação dos demais assuntos da Ordem do Dia, encontrando-se todos os documentos de suporte infra referidos, arquivados na Aplicação Informática, junto à Agenda da presente reunião. -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **ISENÇÃO DE TAXAS** -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Atlético Macinhataense do pagamento da taxa referente à licença especial de ruído do evento a realizar no próximo dia 4 de Agosto, no Campo 1º de Maio, em Macinhata do Vouga (proposta 378/12). -----

----- Continuando os trabalhos, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador João Clemente, datado de 12 de Julho findo, que isentou o Agrupamento Musical da Tuna de Óis da Ribeira do pagamento das taxas referentes ao licenciamento especial de ruído dos eventos inseridos no arraial da Festa do Peixe, realizada nos passados dias 21 e 22 de Julho (proposta 386/12).

De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a ACOAG – Associação Comercial de Águeda, do pagamento das taxas devidas pela vistoria, pela licença especial de ruído do fogo de artifício, pela licença especial de ruído da festa e pela licença para a realização da 19ª Festa do Leitão e 15ª Mostra de Artesanato e Gastronomia (proposta 388/12). -----

----- **JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Prossequindo o mesmo assunto da Ordem de Trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Junta de Freguesia da Borralha do pagamento das taxas da Licença Especial de Ruído referente aos festejos comemorativos do 26º aniversário daquela freguesia, que terão lugar no próximo dia 25 de agosto (proposta 390/12). -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL/JURÍDICA A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.---

----- No prosseguimento dos trabalhos a Câmara deliberou, por unanimidade, aderir ao Projeto Ancora, promovido pela instituição Cáritas Diocesana de Aveiro, que tem como objeto a prestação de assistência psicossocial/jurídica a vítimas de violência doméstica no Concelho de Águeda, nos termos do protocolo de Cooperação a celebrar, o qual foi presente e aprovado (proposta 379/12). -----

----- MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO -----

----- Analisado o processo que foi presente, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo de Colaboração a celebrar com o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional Solução Arrendamento, com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana I.P. e com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social I.P., que visa disponibilizar no mercado de arrendamento, imóveis a preços 30% inferiores ao do mercado de arrendamento livre, destinados a famílias de médios rendimentos (proposta 381/12). -----

----- **AÇÃO SOCIAL** -----

----- ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA REFEIÇÕES ESCOLARES -----

----- Tendo em vista que, devido ao aumento do número de alunos a usufruir de refeições nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, a verba disponibilizada para esse fim, conforme foi deliberado em 19 de janeiro do corrente ano, tornou-se insuficiente, encontrando-se por pagar o mês de junho, no valor de 348,00, ao Centro Social Paroquial de Valongo do Vouga. Considerada a situação, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder ao pagamento em questão (proposta 380/12). -----

----- **ASSOCIAÇÕES DIVERSAS** -----

----- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS -----

-----AGRUPAMENTO MUSICAL TUNA DE ÓIS DA RIBEIRA -----

----- Analisada a proposta que foi presente, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir, ao Agrupamento Musical Tuna de Óis da Ribeira, um subsídio no valor de € 380,00, destinado à execução do seu Plano Anual de Atividades, nos termos do protocolo junto (proposta 382/12). -----

-----FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA BORRALHA -----

----- Continuando os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à Fábrica da Igreja Paroquial da Borralha, um subsídio no valor de 3.800,00€, destinado a compensar aquela instituição pela cedência dos espaços onde se desenvolveram as atividades letivas do 1º Ciclo, no período em que o Centro Escolar da Borralha se encontrava em obras de requalificação (proposta 389/12). -----

----- **EDUCAÇÃO-ESCOLAS** -----

----- ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO ESCOLAR -----

----- Prossequindo os trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir à aluna Ana Rita Pereira Gouveia, um subsídio no valor de 250,00€, nos termos do Regulamento de Atribuição de Prémios Escolares “Câmara Municipal de Águeda”, por ter sido a melhor aluna do Ensino Básico do Instituto Duarte Lemos (proposta 383/12).-----

----- **OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- ABERTURA DE CONCURSO -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Presidente, datado de 4 de julho último, que aprovou a abertura de Concurso Público sem publicidade internacional para a obra de Construção do Centro Educativo de Macinhata do Vouga – Conclusão, bem como aprovou o Projeto de Execução, o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e a constituição do Júri, em quem delegou todas as competências para a gestão do processo, conforme foi proposto (proposta 377/12). -----

----- ERROS E OMISSÕES -----

----- De seguida, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar a Despacho do Sr. Presidente, datado de 20 de julho último que aprovou os Erros e Omissões aceites, da obra de “Repavimentação da Estrada Principal de Travassô – Troço Inicial e Final”, a publicação de nova versão do template, a publicação do ficheiro de respostas ao mesmo

e a alteração do Preço Base, de 280.500,00€ para 291.500,00€ (proposta 384/12). -----

----- SUSPENSÃO DOS TRABALHOS -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Sr. Vice-Presidente, datado de 19 de julho findo, que, tendo em vista as razões invocadas para o efeito, aprovou a suspensão dos trabalhos da obra de Requalificação da E.B. 1, 2, 3 Fernando Caldeira pelo prazo de 42 dias - de 28.05.2012 até 08.07.2012 (proposta 392/12). -----

----- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -----

----- PARECER PRÉVIO -----

----- Prossequindo os trabalhos, foram presentes os respetivos processos tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

----- Contratação da prestação de serviços de Engenharia Civil -----

----- De acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme o previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B-A/2011, de 30 de dezembro, que estabelece o Orçamento Geral de Estado para 2011, no nº 4 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro e no artigo 6º do Decreto-Lei nº 209-A/2009, de 3 de setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, conferir parecer prévio favorável e autorização para a contratação da prestação de serviços de Engenharia Civil, na modalidade de Contrato de Avença, nos termos da proposta e do Caderno de Encargos que se encontram arquivados na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião e mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e no artigo 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP), com convite a Edgar Barão Vidal Almeida (proposta 385/12). -----

----- Serviços de manutenção de *hardware* e *software* dos equipamentos de gestão de assiduidade e bilhética nos edifícios municipais -----

----- Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 68º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, que estabelece o Orçamento de Estado para 2012, no artigo 69º do Decreto-lei nº 29-A/2011, de 1 de março, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação da prestação de serviços de manutenção de *hardware* e *software* dos equipamentos de gestão de assiduidade e

bilhética nos edifícios municipais, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e no artigo 115º do Código dos Contratos Públicos, com consulta à empresa Grada & Neto, Lda (proposta 387/12). -----

----- Técnico Superior de Serviço Social -----

----- Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 68º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e conforme previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, no nº 4 do artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e no artigo 6º do Decreto-lei nº 209/2009, de 3 setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação da prestação de serviço de Técnico Superior de Serviço Social na modalidade de avença, mediante a aplicação de procedimento por Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 20º e no artigo 115º do Código dos Contratos Públicos e conforme Caderno de Encargos que foi presente e se encontra arquivado na Aplicação Informática junto à Agenda desta reunião, com convite à Dr.ª Janine Batista de Oliveira (proposta 391/12). --

----- **RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS** -----

----- **ADJUDICAÇÃO** -----

Seguidamente, analisado todo o processo, a Câmara deliberou, por unanimidade, enquanto entidade integrante no Agrupamento de Entidades Adjudicantes, composto pelos municípios de Estarreja e Águeda, aprovar o Relatório Final do Júri do Procedimento e adjudicar a Prestação de Serviços de Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos à Firma LUSÁGUA – Serviços Ambientais S.A., pelo valor de 3.219.772,50€, sendo 1.118.101,80€ encargo da Câmara Municipal de Estarreja e 2.101.607,70€ da Câmara Municipal de Águeda. Às referidas importâncias será adicionado o IVA (proposta 395/12). -----

----- **ASSUNTOS URGENTES** -----

----- A seguir, o Sr. Vice-Presidente, dada a urgência de que se revestem os mesmos, propôs ao Executivo, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e na parte final do artigo 19.º do Código do Procedimento Administrativo, que se incluam na Ordem de Trabalhos desta reunião os assuntos que se seguem – tendo todos os Membros do Executivo considerado aceite a urgência, pelo que se passou, de imediato, à sua análise: -----

----- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** -----

----- PARECER PRÉVIO -----

-----Continuando a reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, conforme previsto no artigo 26º da Lei nº 64-B/2001, de 30 de dezembro, que estabelece o Orçamento Geral de Estado para o ano de 2012 e do artigo 69º do Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de março, conceder parecer prévio favorável e autorizar, em conformidade com o previsto no artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e para os efeitos previstos no artigo 38º do Código dos Contratos Públicos, a contratação da prestação de serviços de promoção, marketing e gestão relacionados com a passagem da 20ª Volta a Portugal do Futuro, no Concelho de Águeda, nos termos e condições da proposta, mediante aplicação de procedimento por Ajuste Direto Simplificado, previsto no artigo 128º do referido Código, à empresa PAD – Produção de Atividades Desportivas S.A. (proposta 393/12). -----

----- **REUNIÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

-----Prevendo-se não existir quórum para a próxima reunião do Executivo Municipal, que se realizaria no próximo dia 16, por alguns membros se encontrarem em férias, foi deliberado, por unanimidade, não efetuar essa reunião. -----

----- Eram dez horas e trinta minutos quando o Sr. Vice-Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, Ana Cristina Martins Tomás, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Vice-Presidente. -----


